

Ofício nº: 020/2024

Conselheiro Lafaiete, 25 de julho de 2024

A/C Sr. Washington Fernando Bandeira

Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

Assunto: Readequação da Operação

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob registro de nº 76.354.281/0001-42, com unidade empresarial sediada na Avenida Apucarana, nº 3.890, bairro Zona 1, na cidade de Umuarama-PR e filial sediada na Rodovia BR-040, nº 24.373 KM 628, bairro Santa Cruz - Conselheiro Lafaiete-MG sob o CNPJ nº 76.354.281/0045-63, denominada Concessionária do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros nesta cidade, vem cordialmente apresentar cópia do Ofício 019/2024 protocolado para o Prefeito Mário Marcus acerca da readequação da operação desta concessionária devido ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para conhecimento e acompanhamento.

Sem mais para o momento,

Renovamos nossos cumprimentos de elevada estima e consideração.

Conselheiro Lafaiete, 25 de julho de 2024



VIAÇÃO UMUARAMA LTDA

Josué da Silva Ribeiro

Gerente de Unidade

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA

Ofício nº: 019/2024

Conselheiro Lafaiete, 25 de julho de 2024

A/C Sr. MÁRIO MARCUS LEÃO DUTRA

Prefeito do Município de Conselheiro Lafaiete

A/C Sr. ROLFF FERRAZ CARMO

Secretário Municipal de Defesa Social de Conselheiro Lafaiete

A/C Sr. LEONARDO J. PERRIM DE REZENDE

Diretor do Departamento Municipal de Trânsito de Conselheiro Lafaiete

Assunto: Readequação da Operação

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob registro de nº 76.354.281/0001-42, com unidade empresarial sediada na Avenida Apucarana, nº 3.890, bairro Zona 1, na cidade de Umuarama-PR e filial sediada na Rodovia BR-040, nº 24.373 KM 628, bairro Santa Cruz - Conselheiro Lafaiete-MG sob o CNPJ nº 76.354.281/0045-63, denominada Concessionária do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros nesta cidade, vem cordialmente comunicar a esta Prefeitura, que devido ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado entre as partes, que vem sendo notificado desde o primeiro mês de operação nesta cidade, problema já enfrentado durante o contrato emergencial e até o momento não sanado, estaremos readequando toda nossa operação afim de que possa ser atendido as linhas do sistema de acordo com a demanda.

Conforme cláusulas contratuais e o Edital que norteiam esta concessão, é princípio fundamental a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato em vigor.

Desde que iniciamos a operação nesta cidade no ano de 2021, por diversas vezes, procuramos através do diálogo a recomposição das perdas sofridas pela Empresa durante a operação do serviço de transporte municipal, decorrente do desequilíbrio econômico contratual e a defasagem do preço tarifário na operação do serviço, e até o momento sem sucesso. A teor, (quadro até dezembro/2023 - valores sem atualização):

Mês/Ano	Total Transportado	Dinheiro	Vale Transporte	Pagantes	Gratuidade	% Gratuidade	Recursos Empresa	Custo Operação	Deficit Mensal	Subsídio	Prejuízo	KM	UPK	UPKA
agosto/2021	208.890	156.778		156.778	52.112	24,95%	R\$ 564.400,80	R\$ 1.104.004,80	-R\$ 539.603,80	R\$ 211.000,00	-R\$ 328.603,80	119.092	1,75	1,32
setembro/2021	235.229	168.553		168.553	66.676	28,34%	R\$ 746.424,60	R\$ 1.090.977,76	-R\$ 344.553,16	R\$ 213.000,00	-R\$ 131.553,16	131.805	1,78	1,31
outubro/2021	253.169	166.173		166.173	86.996	34,36%	R\$ 778.442,40	R\$ 1.108.588,64	-R\$ 330.146,24	R\$ 213.000,00	-R\$ 117.146,24	137.818	1,84	1,37
novembro/2021	279.415	171.143		171.143	108.272	38,75%	R\$ 818.949,00	R\$ 1.223.473,05	-R\$ 404.524,05	R\$ 213.000,00	-R\$ 191.524,05	131.967	2,13	1,60
dezembro/2021	307.859	181.185		181.185	126.674	41,18%	R\$ 894.833,00	R\$ 1.254.200,78	-R\$ 359.367,78	R\$ 213.000,00	-R\$ 146.367,78	148.815	2,07	1,59
janvier/2022	274.712	151.006		151.006	123.706	45,07%	R\$ 729.948,89	R\$ 1.281.772,00	-R\$ 551.823,11	R\$ 213.000,00	-R\$ 338.823,11	136.705	2,01	1,54
fevereiro/2022	288.848	153.243		153.243	135.605	47,11%	R\$ 747.940,00	R\$ 1.302.385,99	-R\$ 554.445,99	R\$ 213.000,00	-R\$ 341.445,99	125.453	2,30	1,78
março/2022	329.279	186.175		186.175	143.104	43,44%	R\$ 1.012.092,10	R\$ 1.369.961,86	-R\$ 357.869,76	R\$ 213.000,00	-R\$ 144.869,76	132.164	2,49	1,88
abril/2022	297.256	145.919		145.919	151.337	50,89%	R\$ 1.029.274,85	R\$ 1.336.534,50	-R\$ 307.259,65	R\$ 213.000,00	-R\$ 94.259,65	120.213	2,47	1,85
maio/2022	332.175	158.931		158.931	173.244	52,16%	R\$ 1.021.779,95	R\$ 1.435.842,11	-R\$ 414.062,16	R\$ 213.000,00	-R\$ 201.062,16	130.720	2,54	1,91
junho/2022	309.192	146.803		146.803	162.389	52,42%	R\$ 988.555,75	R\$ 1.450.103,41	-R\$ 461.547,66	R\$ 213.000,00	-R\$ 248.547,66	124.882	2,48	1,85
julho/2022	311.814	147.678		147.678	164.136	52,66%	R\$ 1.027.679,66	R\$ 1.446.912,80	-R\$ 419.233,14	R\$ 213.000,00	-R\$ 206.233,14	125.783	2,30	1,77
agosto/2022	344.848	156.951		156.951	187.897	54,52%	R\$ 1.018.486,50	R\$ 1.428.452,17	-R\$ 409.965,67	R\$ 213.000,00	-R\$ 196.965,67	142.049	2,43	1,90
setembro/2022	322.891	164.938		164.938	157.953	48,92%	R\$ 1.090.223,97	R\$ 1.435.214,80	-R\$ 344.990,83	R\$ 213.000,00	-R\$ 131.990,83	130.280	2,47	1,82
outubro/2022	318.894	141.773		141.773	177.121	55,57%	R\$ 959.621,49	R\$ 1.418.045,93	-R\$ 458.424,44	R\$ 213.000,00	-R\$ 245.424,44	128.103	2,49	1,82
novembro/2022	304.350	133.610		133.610	170.740	56,12%	R\$ 953.030,99	R\$ 1.412.763,23	-R\$ 459.732,24	R\$ 213.000,00	-R\$ 246.732,24	124.316	2,45	1,80
dezembro/2022	313.756	144.558		144.558	169.198	53,95%	R\$ 1.294.066,75	R\$ 1.437.803,99	-R\$ 143.737,24	R\$ 213.000,00	-R\$ 130.737,24	137.988	2,27	1,67
janvier/2023	307.217	135.094		135.094	172.123	56,07%	R\$ 860.126,83	R\$ 1.429.305,91	-R\$ 569.179,08	R\$ 213.000,00	-R\$ 356.179,08	138.725	2,21	1,60
fevereiro/2023	283.452	124.948		124.948	158.504	56,00%	R\$ 921.644,83	R\$ 1.355.234,20	-R\$ 433.589,37	R\$ 213.000,00	-R\$ 220.589,37	114.750	2,47	1,79
março/2023	359.318	150.188		150.188	209.130	58,21%	R\$ 1.016.378,67	R\$ 1.408.074,00	-R\$ 391.695,33	R\$ 213.000,00	-R\$ 178.695,33	138.827	2,50	1,88
abril/2023	296.461	124.840		124.840	171.621	57,92%	R\$ 894.955,82	R\$ 1.345.103,45	-R\$ 450.147,63	R\$ 213.000,00	-R\$ 237.147,63	116.939	2,34	1,81
maio/2023	340.636	138.978		138.978	201.658	59,22%	R\$ 1.031.935,77	R\$ 1.356.850,12	-R\$ 324.914,35	R\$ 213.000,00	-R\$ 111.914,35	134.267	2,54	1,82
junho/2023	311.265	130.041		130.041	181.224	58,22%	R\$ 942.049,89	R\$ 1.328.856,57	-R\$ 386.806,68	R\$ 213.000,00	-R\$ 173.806,68	124.622	2,55	1,82
julho/2023	311.914	128.938		128.938	182.976	58,66%	R\$ 949.701,76	R\$ 1.405.675,30	-R\$ 455.973,54	R\$ 213.000,00	-R\$ 242.973,54	131.641	2,37	1,69
agosto/2023	354.668	142.307		142.307	212.361	60,00%	R\$ 1.019.254,36	R\$ 1.469.236,33	-R\$ 449.981,97	R\$ 213.000,00	-R\$ 236.981,97	138.666	2,54	1,81
setembro/2023	327.450	132.848		132.848	194.602	59,46%	R\$ 1.199.307,38	R\$ 1.458.177,60	-R\$ 258.870,22	R\$ 213.000,00	-R\$ 44.870,22	129.388	2,53	1,80
outubro/2023	337.876	135.450		135.450	202.426	60,00%	R\$ 1.018.792,92	R\$ 1.462.045,58	-R\$ 443.252,66	R\$ 213.000,00	-R\$ 230.252,66	132.451	2,55	1,82
novembro/2023	329.523	130.181		130.181	199.342	60,49%	R\$ 996.692,11	R\$ 1.454.628,28	-R\$ 457.936,17	R\$ 213.000,00	-R\$ 244.936,17	126.796	2,60	1,85

Subsídio Federal Out/2023  
R\$ 1.476.300,00  
R\$ 2.610.324,42

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA



Pondera ao Ilmo. Prefeito que a questão já foi levada ao conhecimento do Ente Municipal através da via administrativa e tratada em sede de Mediação Pré-Processual nº 5008610-96.2022.8.13.0183. Para além, a Empresa ajuizou medida cautelar antecipatória de provas para apuração do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo e a extensão deste à receita do sistema ao longo de todo o período contratual.

Diante de toda esta situação, solicitamos por diversas vezes, que fosse marcado uma reunião com o Ilmo. Sr. Prefeito para tratarmos destas questões, pois durante o contrato do período emergencial gerou-se esse desequilíbrio e o contrato assinado no ano passado, com início de operação em dezembro/2023 já está com desequilíbrio na ordem de R\$ 679.272,70 em apenas 7 meses de operação, conforme abaixo:

Dados Sistema Conselheiro Lafaiete - Contrato Definitivo - Viação Umuarama Ltda													
Mês/Ano	Total Transportado	Dinheiro	Vale Transporte	Pagantes	Gratuidade	% Gratuidade	Receita Empresa	Custo Operação	Deficit Mensal	Subsídio	Prejuízo	KM	IPK
dezembro/2023	327.740	137.272	96.692	233.364	94.376	28,50%	R\$ 1.039.517,76	R\$ 1.094.921,40	-R\$ 55.403,64	R\$ 420.832,93	-R\$ 234.270,71	179.845	2,34
janvier/2024	329.713	133.607	99.540	233.183	96.549	29,29%	R\$ 940.081,73	R\$ 1.593.299,37	-R\$ 653.217,64	R\$ 420.832,93	-R\$ 232.091,71	146.551	2,25
fevereiro/2024	306.218	123.126	95.461	215.567	87.651	28,62%	R\$ 899.731,32	R\$ 1.393.216,60	-R\$ 493.585,28	R\$ 420.832,93	-R\$ 72.752,35	128.180	2,29
março/2024	331.695	132.170	106.591	238.761	92.934	28,02%	R\$ 962.135,69	R\$ 1.496.048,97	-R\$ 533.913,28	R\$ 420.832,93	-R\$ 113.080,35	137.031	2,41
abr/2024	356.231	137.125	116.268	253.393	102.838	28,87%	R\$ 1.187.947,31	R\$ 1.620.575,69	-R\$ 432.628,38	R\$ 420.832,93	-R\$ 111.795,45	149.087	2,39
maio/2024	357.563	136.117	115.090	252.097	105.466	29,50%	R\$ 1.003.916,70	R\$ 1.529.830,76	-R\$ 525.914,06	R\$ 420.832,93	-R\$ 105.081,13	140.749	2,54
junho/2024	332.244	123.606	108.866	232.562	99.687	30,00%	R\$ 1.127.875,32	R\$ 1.454.256,54	-R\$ 326.381,22	R\$ 331.381,22	-R\$ -	133.786	2,48
											-R\$ 679.272,70		

Tal solicitação de reunião fora atendida no mês de maio/2024, onde foi acordado entres as partes a urgência nas medidas que seriam adotadas para mitigar o desequilíbrio contratual, prova disso que houve a designação de uma Audiência de Conciliação no dia 24/07/2024 pela excepcionalidade da questão prontamente atendida pelo Judiciário, conforme segue:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca do Conselheiro Lafaiete / 3ª Vara Cível da Comarca do Conselheiro Lafaiete

Rua Melém Jones, 435, Centro, Conselheiro Lafaiete - MG - CEP: 36400-000

PROCESSO Nº: 5009602-77.2023.8.13.0183

CLASSE: (CÍVEL) PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (193)

ASSUNTO: [Ato / Negócio Jurídico: Provas em geral]

REQUERENTE: VIACAO UMUARAMA LTDA

REQUERIDORA: MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

#### DESPACHO

Conquanto o objeto da ação seja limitado à produção antecipada de provas e que discussões que envolvam a efetiva modificação do contrato administrativo demandem providências administrativas ou mesmo judiciais (em demanda autônoma a ser distribuída por sorteio), penso que, EXCEPCIONALMENTE, visando à solução consensual - norte a ser almejado em qualquer controvérsia - sobretudo em razão da criticidade do tema (há pouco tempo o Município se viu desprovido totalmente de transporte público), é possível a designação de audiência de conciliação.

Alerto os litigantes, todavia, acerca da, repito, excepcionalidade do ato. É dizer que, em atenção à finalidade processual, compete a ambos a elaboração de propostas concretas e que encerrarão definitivamente a disputa. Se esse não for o cenário, sem olvidar da possibilidade de aplicação de possíveis penalidades processuais, a ação seguirá o curso natural será julgada nos limites de sua proposição.

Designo, pois, única audiência de tentativa de conciliação, PRESENCIAL, a ser realizada sob minha presidência.

DATA: 24 de julho de 2024

HORA: 13 horas

LOCAL: Sala de audiências da 3ª Vara Cível

Intimem-se as partes e o MPMG.

Conselheiro Lafaiete, data da assinatura eletrônica

FREDERICO ESTEVES DUARTE GONCALVES

Juiz(a) de Direito

3ª Vara Cível da Comarca do Conselheiro Lafaiete

Assinatura eletrônica por FREDERICO ESTEVES DUARTE GONCALVES

21/06/2024 14:08:09

<https://pje.trf4.jus.br/pep1/index.faces?modalidade=assinatura-eletronica>

CS: 90.40366620



24962114063170K00110248293122

#### VIAÇÃO UMUARAMA LTDA

CNPJ: 76.354.281/0001-42 Matriz Umuarama-PR | CNPJ: 76.354.281/0045-63 Filial Cons. Lafaiete-MG  
Filial: Rodovia BR-040, 24.373 Km 628 - Santa Cruz - Fone: 313939-4486 - CEP: 36407-330 - Cons. Lafaiete-MG  
viacaoumuarama.com.br

Página 2 de 8

Todavia, este Poder Concedente, mostra-se a quem da situação, pois tal conciliação fora frustrada, sem que ao menos fosse apresentado uma proposta para resolução da questão.

Diante dos fatos já apresentados e tratados mensalmente sobre os custos da operação que precisam ser revistos para manutenção do equilíbrio do contrato, não nos resta outra opção senão esta readequação da operação em todo o quadro de horários nos dias úteis e finais de semana.

Imperioso destacar que a empresa participou e foi adjudicada, no atual contrato, visando atender a demanda no transporte coletivo urbano municipal, e assim o fez diante do reconhecimento do Poder Público da relevância da contratação, inclusive com a concessão do auxílio financeiro, eis que opção para viabilizar a operação do serviço em questão.

Não obstante, tal certeza e centrado no fato que nas atuais condições a execução da concessão é absolutamente inviabilizada, cabe ao Poder Concedente, no caso, o Poder Executivo Municipal a adoção de medidas URGENTES e IMEDIATAS com vista ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ou pelo menos a minimização do déficit apurado até o presente momento, sob pena de eventual inércia do Poder Concedente, IMPOR à concessionária a suspensão do contrato, que poderá ocorrer no dia 26/08/2024.

Reitere-se que o intuito da empresa é dar plena execução ao contrato celebrado, atendendo a demanda da população, mas para essa finalidade é conditio sine qua non a adoção de medidas urgentes no sentido da viabilidade da concessão, com a certeza que tais medidas SÓ PODEM SER ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO.

Por derradeiro, e em respeito ao princípio da publicidade e transparência que norteiam a Administração Pública, é fato que todos os dados, informações e documentos utilizados para demonstrar o déficit operacional são apresentados mês a mês, restando inconteste a gravíssima situação financeira que prejudica a operação do transporte público na cidade.

Considerando que pela própria obrigação de apresentação de relatórios e a detida fiscalização pelo Município em cima dos documentos encaminhados é de fácil constatação a veracidade dos dados e, consequentemente, os prejuízos indicados, **demonstrando a total ciência da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete na gravíssima condição financeira que está sendo imposta à concessionária, sendo que até o presente momento TODO O PREJUÍZO tem sido arcado de forma solitária pela empresa.**

**A BEM DA VERDADE, A EMPRESA ESTÁ SUBSIDIANDO O MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE ARCANDO SOZINHA COM TODO O PREJUÍZO DO SISTEMA, quando tal onerosidade caberia ao Poder Concedente!**

Ademais fora protocolado o pedido de reajuste da tarifa de concessão através do ofício 013/2024 na data de 04/06/2024 e de acordo com o contrato, o prazo de análise e homologação pelo Poder Concedente é de 30 dias úteis, que findou em 15/07/2024 e não obtivemos resposta até o momento.

**Vale o destaque que eventual solução não depende da concessionária, mas sim do Poder Concedente, no caso a Prefeitura de Conselheiro Lafaiete.**

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA



Levando em consideração a crise suportada pelas concessionárias de serviços de transportes coletivos, o Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ julgou, em 24 de abril de 2020, o procedimento de Suspensão de Liminar e de Sentença nº 2696 - RJ (2020/0091341-2), no qual firmou entendimento no sentido de que as permissionárias possuem o direito de readequar a logística de percursos e horários, a fim de amenizar o brutal desequilíbrio econômico-financeiro sofrido e garantir a continuidade dos serviços concedidos pelo Poder Público:



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2696 - RJ (2020/0091341-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
REQUERENTE : VIAÇÃO MONTES BRANCOS LTDA

Com efeito, em razão da pandemia, registra-se em todo o território nacional acentuada redução do número de pessoas que fazem uso do transporte público, o que implica imediata e brutal queda da receita auferida pelas concessionárias, de modo que proibir a readequação da logística referente à prestação do referido serviço público implicará desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, passivo que poderá eventualmente ser cobrado do próprio erário municipal.

Ademais, é inquestionável o interesse público envolvido na necessidade de resguardar a continuidade e a qualidade da prestação de serviço essencial à população, o que, neste momento, depende da capacidade da empresa concessionária de reorganizar de forma eficaz a execução de percursos e horários, resguardado o interesse dos usuários do serviço público em questão.

Ante o exposto, defiro o pedido para suspender os efeitos da medida liminar deferida na Apelação Cível n. 0009681-76.2013.8.19.0052 (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), a qual determinou que a requerente retome a prestação do serviço de transporte público de ônibus na integralidade dos percursos e horários previstos no contrato de concessão assinado com o Município de Araruama.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA



No caso julgado acima, o Município determinou a retomada integral dos percursos e horários, o que foi suspenso, sob o entendimento do STJ que a empresa tem direito e a faculdade de readequar a prestação dos serviços, como forma de minimizar os impactos e efeitos do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Essa é exatamente a situação que se encontra a concessionária, em Conselheiro Lafaiete! E como visto, sob o olhar do Poder Judiciário, em específico o Superior Tribunal de Justiça, não se tem por ilegalidade as opções que as delegatárias de serviço público são obrigadas a tomar, visando minimizar os efeitos nefastos do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, que nesse caso se traduz em “*readequação da logística referente à prestação do serviço público*”!

### **APLICAÇÃO DE REGRAS DE DIREITO PRIVADO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**

Não obstante, o Contrato de Concessão em análise seja um contrato administrativo, cujas regras, em sua maioria são públicas, determinados regramentos do direito privado aplicam-se ao citado instrumento, por determinação legal

Nesse sentido depreende-se do Art. 54 da Lei 8.666/93:

#### **Capítulo III DOS CONTRATOS**

##### **Seção I Disposições Preliminares**

**Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (g.n.)**

Uma vez reconhecida a legalidade de se aplicar regras privadas em contratos públicos, cabe agora invocar preceito explícito no Art. 476 do Código Civil Brasileiro:

##### **Seção III Da Exceção de Contrato não Cumprido**

**Art. 476. Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro. (g.n.)**

De forma simplificada temos o seguinte quadro:

Primeiro, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro só pode ser deferido pela Municipalidade!

Segundo, após o seu deferimento, e uma vez equalizado o contrato, cabe à concessionária cumprir fielmente todas as obrigações do contrato.



#### **VIAÇÃO UMUARAMA LTDA**



O dispositivo citado (Art. 476) é nominado como *exceptio non adimplenti contractus* (**Exceção do Contrato Não Cumprido**), que significa a possibilidade de o devedor escusar-se da prestação da sua obrigação contratual, por não ter o outro contratante cumprido com aquilo que lhe competia.

Nesse diapasão, se o próprio Município não cumpre com a sua obrigação, primeiro, é indevido se arvorar na responsabilização da permissionária por inadimplemento.

**Cabe aqui a ressalva que apesar de todo o prejuízo, a Empresa nunca deixou de prestar o serviço.**

A lógica relacional é óbvia, mas sempre olvidada pela Administração Pública, nesses casos, e se opõe, como visto ao Art. 54 da Lei 8.666/93 combinada com o Art. 476 do Código Civil Brasileiro!

#### **FATO SUPERVENIENTE ALHEIO À VONTADE DO CONTRATADO**

Sabe-se que o não cumprimento de cláusulas contratuais à luz da Lei 8.666/93 e Lei 8.987/95, a princípio, permite a aplicação de sanções.

Entretanto, **há sempre que considerar o motivo fático da impossibilidade no cumprimento fiel do contrato por parte do contratado.**

Como já demonstrado e comprovado o **não deferimento do reequilíbrio contratual** causou e ainda está causando toda sorte de problemas na concessão, eis que a torna inviável financeira e operacionalmente.

Reverberando os fundamentos já apresentados, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato **só pode ser concedido pelo Poder Permitente, in casu**, o Município de Conselheiro Lafaiete, não estando no âmbito de competência da Concessionária.

Situações como esta são tipificadoras do **Fato Superveniente Alheio à Vontade da Parte**.

As situações que impedem a execução contratual, por parte da empresa contratada, no caso o não deferimento do **reequilíbrio contratual** são alheias a sua vontade, a qual a Empresa não tem gerência ou domínio da situação e, por esse motivo, não consegue manter o *status* de normalidade contratual.

**Nesse caso não pode haver imputação de responsabilidade pelo descumprimento de uma obrigação contratual, eis que fato alheio à vontade da parte a impede de executar de forma plena o contrato.**

A responsabilidade por descumprimento de um contrato está intimamente ligada ao nexo causal, o qual pode ser entendido como ato ou omissão que deve estar diretamente relacionado à parte que deu causa ao inadimplemento contratual.

Neste sentido colaciona-se escólio de JUSTEN FILHO, Marçal, *in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 14. ed. Dialética. São Paulo. 2010, p. 856, ao comentar o Art. 78 da Lei 8.666/93, *verbis*:



#### **VIAÇÃO UMUARAMA LTDA**

**20) Omissão de providência indispensável a cargo da Administração (inc. XVI)**

*Também caberá a rescisão quando a Administração deixar de cumprir providência indispensável à execução do contrato.*

...

*O dispositivo deve ser interpretado de modo amplo. Devem ser abrangidas outras situações semelhantes. Sempre que a execução do contrato ficar na dependência de providência da Administração, deverá aplicar-se o disposto no inc. XVI. Se a Administração não desencadear as providências que ficaram a seu cargo, o particular estará de mãos atadas e não poderá iniciar ou desenvolver a execução do contrato.*

...

*Aplicam-se ao caso os comentários atinentes ao inc. XIV, relativamente ao dever de recompor o equilíbrio econômico-financeiro e de indenizar perdas e danos e à faculdade de o particular aguardar prazo superior. POR CAUTELA, O PARTICULAR DEVE FORMALIZAR À ADMINISTRAÇÃO A EXIGÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS DEVERES A ELA IMPOSTOS, INCLUSIVE DOCUMENTANDO QUE A INAÇÃO DELA INVIABILIZA A EXECUÇÃO. (g.n.)*

Partindo da certeza que foi a própria Municipalidade que impede a normalização do contrato pelo não reconhecimento da relação deficitária da concessão podemos até mesmo invocar o chamado **Fato do Príncipe** (*factum principis*):

**TEORIA DO "FATO DO PRÍNCIPE"**

JOSÉ CRETILLA JÚNIOR

Professor na Faculdade de Direito do Vale da Paraíba

SUMÁRIO: *Contratos administrativos. O factum principis. Restrições de âmbito da noção. Medidas tomadas pela própria autoridade contratante ou por outra autoridade. Obrigação de indenizar. As teorias da imprevisão e do factum principis. Conclusões.*

...



**VIAÇÃO UMUARAMA LTDA**

CNPJ: 76.354.281/0001-42 Matriz Umuarama-PR | CNPJ: 76.354.281/0045-63 Filial Cons. Lafaiete-MG  
Filial: Rodovia BR-040, 24.373 Km 628 - Santa Cruz - Fone: 313939-4486 - CEP: 36407-330 - Cons. Lafaiete-MG  
viacaoumuarama.com.br

Página 7 de 8



4. Chama-se *factum principis* ou *fato do príncipe* ou ainda *fato da Administração*,<sup>4</sup> *lato sensu*, toda e qualquer providência da iniciativa dos poderes públicos que torna mais onerosa a situação daquele que contrata com a Administração.<sup>5</sup>

(Biblioteca digital da FGV)

No caso do inadimplemento em questão, o fato do príncipe, decorre da opção do Poder Concedente em não reconhecer e deferir o equilíbrio contratual ensejando a impossibilidade em relação ao cumprimento das obrigações constantes do contrato na forma correta.

Ainda citando Justen Filho, Marçal (ob. cit. p. 858):

*Utiliza-se a expressão "fato do príncipe" para indicar a determinação estatal que, ao disciplinar o exercício de certas condutas, torna impossível o cumprimento do contrato. No fato do príncipe, o estado introduz alteração no regime jurídico aplicável. Essa alteração se reflete na execução do contrato administrativo. Justamente porque se trata de modificação do regime jurídico, o fato do príncipe envolve diretivas que são abstratas e impessoais.*

Noutro giro verbal podemos falar que a parte não cumpre sua obrigação por questões que fogem à sua alçada. À sua vontade.

Nesse cenário de involuntariedade, com o devido respeito, não há que se aferir ou propugnar pela responsabilidade da Concessionária, posto que o inadimplemento não ocorreu por omissão, desídia ou má vontade da Concessionária, mas por situações que estão fora de sua discricionariedade.

Tentar apurar responsabilidade da Concessionária, quando não foi esta que deu causa a eventual inadimplemento é, em última análise, **penalizá-la por culpa de terceiros**.

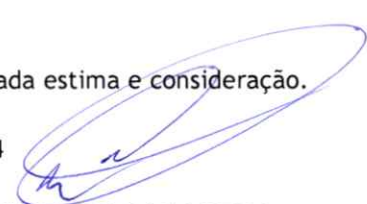
Com o agravante que nesse caso, o **terceiro é a própria municipalidade que não garante o equilíbrio econômico-financeiro do contrato**.

Assim, as possibilidades de resolução da questão estão a cargo da Municipalidade, cabendo à empresa apenas analisar a eficácia e viabilidade da concessão, para posterior tomada de decisão.

Sem mais para o momento,

Renovamos nossos cumprimentos de elevada estima e consideração.

Conselheiro Lafaiete, 25 de julho de 2024



**VIAÇÃO UMUARAMA LTDA**  
Josué da Silva Ribeiro  
Gerente de Unidade

**VIAÇÃO UMUARAMA LTDA**